

8 de Março de 2023



**SEGURANÇA ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE:
*O QUE CONSTITUI UMA REFEIÇÃO, SENHOR MINISTRO?***

Máriam Abbas

1. INTRODUÇÃO

No passado dia 1 de Março de 2023, o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, referiu num encontro com o Director Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma, que em Moçambique “90 por cento da população tem alimentação segura, ou seja, já consegue ter três refeições por dia”, o que coloca o país fora dos países em risco de fome. Ainda segundo Celso Correia, menos de 10% da população moçambicana é que se encontra em situação de insegurança alimentar, o que corrobora a sua afirmação anterior (Zuluca, 2023).

O Ministro refere ainda que “este é um grande sucesso dos moçambicanos. Nós estamos a ter estes resultados, mas agora o nosso grande desafio é ter a certeza de que são sustentáveis e consolidar este princípio, continuando neste caminho”, disse o ministro, acrescentando que “agora temos, sim, que melhorar a sua dieta e ter mais estabilidade no acesso aos alimentos. Portanto, o trabalho ainda não está concluído, mas estamos no caminho certo” (Zuluca, 2023).

O discurso do Ministro Celso Correia gerou posicionamentos e questionamentos por parte de várias organizações da Sociedade Civil (CDD, 2023; FDC, 2023), fazedores/influenciadores de opinião e do público em geral.

Este texto tem como objectivo fazer uma análise da situação de segurança alimentar no país face os discursos mais recentes. Pretende-se ainda fazer algumas reflexões sobre os cuidados a ter quando se analisa a segurança alimentar e reflectir sobre as políticas públicas e até que ponto estas respondem aos objectivos de redução da fome.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÓMICO E HUMANO EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo, com cerca de 46% da população a viver em situação de pobreza; sendo esta percentagem mais elevada no meio rural (50% da população rural), onde reside grande parte da população, tendo a agricultura como a principal fonte de subsistência e de emprego (o sector emprega cerca de 74% da população com 15 anos de idade ou mais (INE, 2021)).

O país está entre os 10 países do mundo com os níveis mais baixos de rendimento *per capita*, 491USD em 2021¹, estando apenas a frente do Burundi (274USD) e do Sudão do Sul (364USD), e muito longe por exemplo do Zimbábwe (2.122USD) e da África do Sul (6.965USD) (IMF, 2022). É também considerado o 6º pior do mundo em termos de desenvolvimento humano (classificado na posição 185 em 191 países) (PNUD, 2022), tendo se mantido entre os piores classificados nos últimos 15 anos (Dadá, 2022).

Cerca de 44% da população recorre a fontes de água não seguras² para beber, sendo que no meio rural, essa percentagem chega a aproximadamente 60% (INE, 2021). Além disso, 69% da população não tem acesso a saneamento seguro (84% no meio rural). Estas condições básicas de acesso a água e a saneamento seguro, são essenciais para a melhoria das condições de vida da população.

3. A SEGURANÇA ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE

De acordo com o último estudo de base do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), realizado em 2013, Moçambique conta com cerca de 24% de agregados familiares (AFs) em situação de insegurança alimentar crónica e 3,5% em insegurança alimentar aguda³ (SETSAN, 2014). Os AFs que vivem do trabalho informal ocasional (ganho-ganho), assistência alimentar e de pedir esmola são considerados como estando em situação de insegurança alimentar (InSA) crónica, sendo este o grupo mais vulnerável à InSA crónica; o segundo grupo mais vulnerável é constituído por AFs envolvidos na actividade agro-pecuária (SETSAN, 2014).

De acordo com o Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF 2019/20) cerca de 74% da população no país está envolvida na actividade agro-pecuária (MEF, 2016) e, em Janeiro de 2023, cerca de 750.000 (aproximadamente 2,3% da população) foram assistidas pelo Programa Mundial da Alimentação (PMA) (WFP, 2023b); isto pode significar que, cerca de 70% da população (maioritariamente rural) pode se encontrar numa situação de vulnerabilidade à insegurança alimentar crónica – conforme a definição em SETSAN (2014).

¹ Em média, 543USD entre 2012 e 2022 (IMF, 2022).

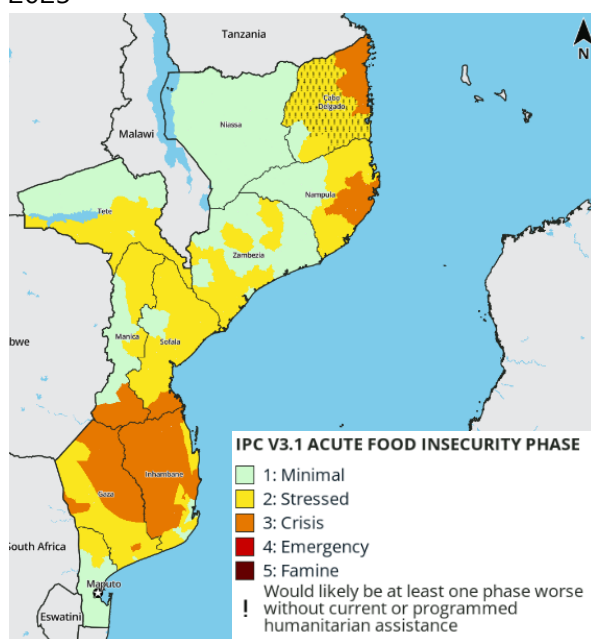
² Água de poço não protegido (29%), de superfície (rio, lago, lagoa) (14%), da nascente (1.2%) e da chuva (0.3%) (INE, 2021).

³ A insegurança alimentar crónica ocorre quando uma pessoa é incapaz de consumir alimentos suficientes, para manter um estilo de vida normal e activo, durante um período prolongado. O SETSAN (2014) refere que os agregados familiares são considerados como estando em insegurança alimentar crónica se estiverem em insegurança alimentar moderada ou severa, sem terem sofrido algum tipo de choque, ou se maior parte (80%) da sua renda é proveniente de fontes inseguras (ganho-ganho, pedir esmola, assistência alimentar). Os agregados familiares na situação de insegurança alimentar aguda são aqueles classificados como inseguros e que tendo sofrido choques extremos não se recuperaram, sendo que a incapacidade de consumirem alimentos adequados coloca as suas vidas ou meios de subsistência em perigo imediato (SETSAN, 2014; FAO, 2022).

Dados mais recentes, referem que cerca de 5,2 milhões de moçambicanos têm um consumo insuficiente de alimentos, correspondendo a cerca de 18% da população, e 9,4 milhões (32% da população) adoptaram estratégias de crise ou de emergência para satisfazer as suas necessidades alimentares (WFP, 2023a).

As projecções para o período entre Fevereiro e Maio de 2023 indicam que é provável que uma parte significativa da população esteja em situação de insegurança alimentar aguda de *stress* (fase 2) e de crise (fase 3) – ou seja, com um consumo alimentar deficiente ou minimamente adequado, respectivamente – principalmente nas províncias de Gaza, Inhambane, Cabo Delgado, Sofala e parte das províncias de Tete, Zambézia e Nampula, Figura 1 (Fews Net, 2022).

Figura 1. Projecção da Insegurança Alimentar Aguda em Moçambique, Fevereiro – Maio de 2023



Fonte: Fews Net (2022).

Nota: De acordo com a Classificação Integrada da Segurança Alimentar em Fases (IPC), na fase de stress (fase 2) as famílias têm um consumo alimentar minimamente adequado, mas são incapazes de custear algumas despesas não-alimentares essenciais sem se envolverem em

estratégias de adaptação de stress, como: recorrer a alimentos menos caros ou menos preferidos, pedir emprestado alimentos/ajuda de amigos/familiares, diminuir quantidades nas refeições, reduzir o consumo de adultos para as crianças comerem e reduzir o número de refeições consumidas por dia (SETSAN, 2021). Na fase de crise (fase 3) as famílias registam défices no consumo alimentar que se reflectem na desnutrição aguda acima do habitual ou conseguem satisfazer de uma forma marginal as necessidades alimentares mínimas, mas apenas mediante o esgotamento dos bens de sustento essenciais ou através da adopção de estratégias de adaptação de crise – que incluem vender bens domésticos ou pessoais, vender bens produtivos, tirar crianças da escola, consumir sementes ou produtos verdes, migrar da sua cidade ou bairro, pedir dinheiro emprestado, gastar as reservas ou economias, pedir comida emprestado ou comprar comida a crédito, vender mais animais do que o normal, vender últimos animais fêmeas, reduzir despesas de saúde e educação, colher culturas verdes ainda em campo e aumentar consumo de alimentos silvestres (SETSAN, 2021)

O período entre Novembro e Março é considerado uma época baixa (de escassez de alimentos), por se tratar do período de preparação da terra e sementeira, em que grande parte da população rural que pratica a agricultura, está dependente das suas reservas alimentares e da compra de alimentos⁴ (SETSAN, 2021; Fews Net, 2022). É, geralmente, neste período que grande parte das famílias mais pobres começa a intensificar as suas estratégias típicas para atender às necessidades alimentares, incluindo a redução de gastos não-alimentares, a compra de alimentos menos preferidos, consumo de alimentos silvestres (quando disponíveis), redução do número de refeições diárias e/ou das porções alimentares (Fews Net, 2022).

Dados recolhidos na província da Zambézia, no âmbito de um estudo que está a ser desenvolvido pelo OMR⁵, corroboram estas afirmações. A análise dos dados indica que 66% dos agregados familiares inquiridos⁶ referiu que sofreu escassez de alimentos nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, tendo referido o período entre Janeiro e Fevereiro como sendo os meses de maior escassez. Estes dados confirmam que uma percentagem significativa da população ainda é extremamente vulnerável à insegurança alimentar. Ainda com base nestes dados, foi possível perceber que, mesmo no período pós-colheita, alguns AFs (24%) apresentaram um consumo alimentar pobre/mínimo.

4. PONTOS DE REFLEXÃO:

O QUE É UMA REFEIÇÃO? QUE REFEIÇÃO QUEREMOS PARA NÓS?

A análise da segurança alimentar é complexa e deve ser feita com cautela, uma vez que a segurança alimentar e nutricional pode ser analisada a vários níveis (por exemplo, ao nível do agregado familiar ou do indivíduo), medida de várias formas e através de vários indicadores⁷. Além disso, o período de referência para a recolha de dados depende dos objectivos da análise e do indicador utilizado, podendo se referir às últimas 24 horas, últimos 7 dias ou 30 dias (menos comum). Outros aspectos que devem ser considerados e que influenciam os resultados das análises são o período de recolha de dados, os critérios para a selecção da amostra e da área de estudo, entre outros (Abbas, 2022). Por exemplo, se inquirir um agricultor no período após a colheita, e perguntar-lhe se teve alimentos suficientes (ou seja, se não teve escassez de alimentos) ou se teve três refeições nos últimos 7 dias, a resposta, muito provavelmente, será sim (considerando que estes(s)

⁴ De referir que 42% da população rural caminha durante 60 minutos ou mais para ter acesso a um mercado alimentar ou uma loja (INE, 2021)

⁵ Estudo desenvolvido no âmbito do projecto “Lógicas produtivas e segurança alimentar no sector familiar na província da Zambézia”, coordenado pela autora deste DR. Os dados foram recolhidos em Agosto de 2022. Os resultados deste estudo serão publicados em Observador Rural (em elaboração).

⁶ Considerado a população de pequenos agricultores na província da Zambézia, um nível de confiança de 95% e erro amostral de 10%, a amostra total foi de 99 AFs.

⁷ Alguns indicadores utilizados para analisar a situação de segurança alimentar são: *Food Consumption Score* (FCS), *Household Dietary Diversity Scale* (HDDS), gastos em alimentação, *Coping Strategy Index* (CSI), *Reduced Coping Strategy Index* (rCSI), *Household Food Insecurity and Access Scale* (HFIAS), *The Household Hunger Scale*, *Self-assessed measure of food security* (SAFS), *Global Hunger Index* (GHI), entre outros (Vhurumuku, 2014).

ainda têm as reservas alimentares da colheita); no entanto, num período diferente, como, por exemplo, na época baixa em que as reservas alimentares são mais baixas, ou após um choque extremo (como cheias), a resposta talvez seja não. Se a mesma pergunta for colocada, tendo como referência às últimas 24 horas, outros factores podem influenciar a resposta, sem que o indivíduo tenha acesso seguro e contínuo a esses alimentos/refeições. Isto mostra que vários factores podem influenciar os resultados das análises e, por isso, estes devem ser interpretados com cautela, sendo necessário considerar o contexto em que se insere a população.

No seu discurso, o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, afirma que 90% da população tem acesso a três refeições diárias. No entanto, os dados anteriores não corroboram esta afirmação ao mostrar que existe ainda uma percentagem significativa da população extremamente vulnerável à insegurança alimentar crónica e aguda. Não existe ou não foi divulgado ainda, um relatório ou estudo de base, aprofundado, que permita analisar com base em metodologias próprias a fundamentação deste discurso.

Portanto, é necessário questionar: *como chegámos aos 90%? Que dados fundamentam o discurso? Que metodologia foi utilizada? O que se considera uma refeição? Será que essa refeição satisfaz as necessidades alimentares do indivíduo, promovendo uma dieta equilibrada e nutricionalmente adequada, em quantidade e qualidade, aceitável no contexto cultural, para satisfazer as necessidades e preferências alimentares, para uma vida saudável e activa do indivíduo?*

Por exemplo, se considerarmos que um indivíduo que comeu apenas uma manga, ou papaia ou um pedaço de mandioca antes ou após as suas actividades no campo, será que se está a considerar que este teve uma refeição? Vários estudos são unânimes em referir que uma refeição deve incluir mais do que um alimento e um nível mínimo de nutrientes (Meiselman, 2008; Kasper *et al.*, 2016)⁸, sem ignorar o contexto cultural.

Outra questão para reflexão é: *será que as políticas públicas actuais promovem uma dieta e refeições que sejam nutricionalmente adequadas e suficientes (em qualidade e quantidade)? Será que esta políticas permitem resolver o problema da fome em Moçambique?*

⁸ De acordo com a FAO, a necessidade média de energia dietética por indivíduo é de 2.151 kcal/dia, sendo o mínimo de 1.689 kcal/dia. É de referir que esta abordagem tem recebido críticas pelo facto de não incorporar a componente nutricional e, por vezes, desconsiderar o contexto cultural. Por exemplo, de acordo com o WFP (2016), em Moçambique quase 80% da energia da dieta é proveniente do consumo de cereais e raízes. Famílias que consomem uma dieta baseada em alimentos básicos (como o milho e a mandioca) e com pouca diversidade de macro e micronutrientes (incluindo alimentos silvestres) podem ser consideradas em situação de insegurança alimentar (WFP, 2016).

Os elevados índices de pobreza, desnutrição crónica e insegurança alimentar associados aos desequilíbrios económicos e sociais, que culminam nos baixos níveis de rendimento *per capita* e de desenvolvimento humano, revelam que não. De uma forma geral, as políticas públicas actuais, em particular as do sector da agricultura, têm-se revelado desajustadas e excludentes; ou seja, não adaptadas ao contexto e realidade local. Estas políticas têm beneficiado maioritariamente as elites económicas visando responder aos interesses económicos dos privados, das elites económicas e dos mercados externos, que não têm como objectivo resolver o problema da fome e da insegurança alimentar. Estas políticas sustentam a reprodução de uma agricultura de mercado, assente e dependente do mercado internacional, incluindo interesses financeiros e corporativos privados.

A busca pela melhoria da segurança alimentar no país passa pela existência de políticas públicas orientadas para o mercado interno, adaptadas às necessidades locais; que tenham o pequeno camponês como beneficiário principal da política, e que sejam baseadas nos princípios da soberania alimentar. A soberania alimentar coloca os pequenos produtores no centro das políticas e dos sistemas alimentares, promovendo o desenvolvimento de mercados locais e nacionais, com base nos princípios da agroecologia e do conhecimento local. Portanto, é necessária uma política que seja sustentável, baseada nos direitos dos produtores e nos princípios da soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

ABBAS, M. (2022) *Avaliação do Relatório sobre a Segurança Alimentar e Nutricional Aguda em Moçambique*. 151. Maputo. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-151/>.

CDD (2023) «Celso Correia deve pedir desculpas aos mais de 50 % dos moçambicanos que passam fome», *Política Moçambicana*. Disponível em: <https://cddmoz.org/>.

DADÁ, Y.A. (2022) *Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano, 1992-2019. Análise e Lições*. 185. Maputo. Disponível em: https://omrmz.org/destaque_rural/dr-185-evolucao-do-indice-de-desenvolvimento-humano-1992-2019-analise-e-licoes/.

FDC (2023) «Declarações do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural sobre Segurança Alimentar em Moçambique contrasta com a realidade vivida por milhões de Moçambicanos». Maputo: FDC.

FEWS NET (2022) *MOZAMBIQUE Food Security Outlook October 2022 to May 2023: Crisis (IPC Phase 3) outcomes are expected to persist in northern and southern Mozambique*. Disponível em: <https://fews.net/southern-africa/mozambique/food-security-outlook/october-2022>.

IMF (2022) *World Economic Outlook Database, World Economic Outlook*. IMF. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October> (Acedido: 7 de Março de 2023).

INE (2021) *Inquérito sobre Orçamento Familiar - IOF 2019/2020 Relatório Final*. Maputo.

KASPER, N. *et al.* (2016) «The Healthy Meal Index: A tool for measuring the healthfulness of meals served to children», *Appetite*, 103, pp. 54–63. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.appet.2016.02.160>
MEF (2016) *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional. Inquérito ao Orçamento Familiar - IOF 2014/15*. Maputo.

MEISELMAN, H.L. (2008) «Dimensions of the meal», *Journal of Foodservice*, 19(1), pp. 13–21. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1745-4506.2008.00076.x>.

PNUD (2022) *Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022 - Tempos incertos, vidas instáveis: construir o futuro num mundo em transformação*. New York. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2021/2022>.

SETSAN (2014) *Relatório de Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em 2013 em Moçambique*. Maputo.

SETSAN (2021) *Relatório da Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Aguda Pós-Colheita*. Maputo.

VHURUMUKU, E. (2014) «Food security indicators», em *Integrating Nutrition and Food Security Programming for Emergency response Workshop*. Nairobi. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>.

WFP (2016) *Mozambique Trend Analysis: Key Food Security & Nutrition Indicators (2016)*. Rome, Italy. Disponível em: <http://www.wfp.org/food-security>.

WFP (2023a) *Hunger Map LIVE: Mozambique insight and key trends, HungerMap*. Disponível em: <https://hungermap.wfp.org/> (Acedido: 6 de Março de 2023).

WFP (2023b) *WFP Mozambique: Country Brief - January 2023*.

ZULUCA, J. (2023) «Celso Correia diz que 90% da população consegue ter três refeições por dia», *O País*.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org